

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – CAEN

Nº 07

RELATÓRIO DE PESQUISA

O CEARÁ NA ERA CID GOMES

PARTE II

EVIDÊNCIAS SOBRE A EVOLUÇÃO DA RENDA FAMILIAR *PER CAPITA* E SEUS EFEITOS NA QUEDA DA DESIGUALDADE

Setembro 2009

Apoio:



O Laboratório de Estudos da Pobreza é um centro de pesquisa instituído no Curso de Pós-Graduação em Economia (CAEN), da Universidade Federal do Ceará (UFC), tendo como finalidade principal desenvolver pesquisas sobre a pobreza e desigualdade social no Brasil, com preocupações especiais nos problemas do Nordeste e Ceará, servindo de subsídios no desenho de políticas públicas nessa área.

Coordenador Executivo LEP/CAEN/UFC

Flávio Ataliba Barreto

Texto disponível em <http://www.caen.ufc.br/index.php/pesquisa/laboratorio-de-estudos-da-pobreza>

Autores

Flávio Ataliba Barreto (ataliba@ufc.br)

Coordenador Executivo do LEP/CAEN/UFC

Professor CAEN/UFC, Pesquisador CNPq, Catedrático do IPEA

Doutor em Economia FGV/RJ, Pós-Doutor Universidade Harvard/EUA

Carlos Alberto Manso (carlosmanso@flf.edu.br)

Doutorando CAEN/UFC e Pesquisador LEP/CAEN/UFC

Coordenador do Curso de Ciência da Computação da Faculdade Lourenço Filho

João Mário de França (joao.franca@ufc.br)

Professor CAEN/UFC, Pesquisador LEP e INCT/CNPq

Doutor em Economia FGV/RJ

Coordenador do CAEN/UFC

Paulo Faustino Matos (paulomatos@caen.ufc.br)

Professor CAEN/UFC, Pesquisador LEP/CAEN/UFC

Doutor em Economia FGV/RJ

Coordenador do Curso de Graduação em Finanças Campus Sobral/UFC

Arnaldo Santos (arnaldosantos@caen.ufc.br)

Pesquisador LEP/CAEN/UFC

Doutor em Ciência Política UTL/Lisboa/Portugal e Pós-Doutorando CAEN/UFC

Colaboradores

Pedro Andrade da Costa

Bolsista do LEP/CAEN/UFC

Graduando em Economia/FEAAC/UFC

Iranildo Araújo

Bolsista do LEP/CAEN/UFC

Graduando em Economia/FEAAC/UFC

Valdemar Neto

Bolsista do LEP/CAEN/UFC

Graduando em Economia/FEAAC/UFC

1. APRESENTAÇÃO

Continuando o processo de análise dos microdados a partir das novas informações da PNAD-2008, divulgadas pelo IBGE no dia 18 de setembro último, o Laboratório de Estudos da Pobreza - LEP apresenta um novo estudo, no qual são identificados os principais componentes que promoveram o crescimento de 16,9% da renda pessoal do estado do Ceará, no período de 2006 a 2008, e que contribuíram para a queda de -2,44% no índice Gini de desigualdade desta mesma renda.

Neste documento são analisadas variáveis como comportamento da renda média entre os decis, as fontes de renda (salários, aposentadorias, transferências, renda de aluguéis, etc.) mais relevantes e a distribuição populacional por faixas de renda em função das regiões censitárias (metropolitana, urbana e rural), dos gêneros e, ainda, das faixas etárias. Além disso, são obtidas, para pessoas a partir de 15 anos, as médias de escolaridade da população e por decil da renda familiar *per capita*. Esse conjunto de informações nos permite fazer uma análise mais apurada sobre o que vem acontecendo no estado do Ceará entre 2006 e 2008, em termos da influência desses movimentos de renda na queda da desigualdade observada.

Dessa forma, apresentamos o presente estudo, o segundo de uma série de pesquisas sobre indicadores sociais nos estados brasileiros e no Distrito Federal que o LEP desenvolverá nos próximos meses. Toda esta série de pesquisas seguirá a linha editorial que motivou a criação e que orienta as ações do Laboratório, e tem como princípio fundamental o estudo das causas e conseqüências dos graves problemas sociais, procurando entender o comportamento dinâmico da renda nas comunidades pobres, num esforço para desenhar e avaliar políticas públicas que possam reverter as características que conduzem à pobreza e à desigualdade de renda.

Sugestões e críticas são muito relevantes para a melhoria dos nossos estudos podendo ser enviados para lep@caen.ufc.br. Antecipadamente o Laboratório agradece qualquer contribuição nessa direção.

2. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa apresenta a composição da renda familiar *per capita* e a decomposição das mudanças no índice de Gini (desigualdade) desta renda no estado do Ceará de 2006 a 2008, período referente aos dois anos iniciais do atual governo Cid Ferreira Gomes, haja vista sua posse ter ocorrido em janeiro de 2007. Todas as informações foram obtidas a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em todos os anos não censitários e cuja edição mais recente refere-se ao ano de 2008.

Algumas observações sobre aspectos metodológicos devem ser introduzidas. Em termos de renda, concentrou-se a análise no rendimento familiar *per capita* de todas as fontes (razão entre as variáveis PNAD V4722 - rendimento mensal familiar para todas as unidades domiciliares (exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e pessoas de menos de 10 anos de idade) - e V4724 - número de componentes da família (exclusive as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico), que estabelecemos como *proxy* para o bem-estar pessoal, na medida em que seu valor se aproxima da fração da renda familiar da qual se apropria o indivíduo.

Baseadas nas variáveis da PNAD/IBGE foram escolhidas diversas origens para o rendimento familiar. Estas fontes estão apresentadas no QUADRO I. A primeira coluna deste quadro é o nome sugerido para representar determinada fonte da renda familiar, e será utilizado em diversas partes do texto. A segunda coluna refere-se às variáveis PNAD; por sua vez, a terceira coluna mostra as respectivas descrições dadas pelo IBGE a estas variáveis. Obviamente, a soma de todas estas rendas é igual ao rendimento familiar.

Os deflatores do rendimento familiar, calculados pelo LEP/CAEN, seguem metodologia proposta por Corseuil, Carlos Henrique e Miguel N. Foguel em “Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão, 897)”. Este estudo, por sua vez, baseia-se no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Os valores obtidos para os deflatores dos anos de 2006 e 2008 foram, respectivamente, iguais a 1,4394 e 1,6165. Deve-se ainda mencionar que todas as variáveis monetárias apresentadas estão em Reais de setembro de 2008.

Por fim, seguindo orientação do IBGE relativa ao sistema de ponderação, a PNAD de 2006 teve seus registros modificados em termos dos pesos para a pessoa (variável V4729) e para a família (V4732). Este procedimento deve-se às atualizações nos cálculos da contagem populacional praticada pelo IBGE.

QUADRO I – Origens do Rendimento Familiar

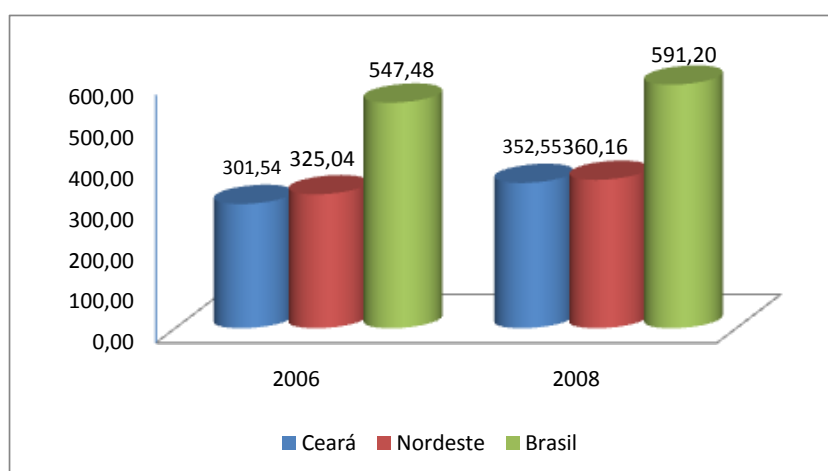
NOME	PNAD	DESCRIÇÃO
TRAB	V4719	Rendimento mensal de todos os trabalhos para pessoas de 10 anos ou mais de idade
AL_DOA	V1267	Rendimento de aluguel que recebia, normalmente, no mês de referência
	V1270	Rendimento de doação de não-morador que recebia, normalmente, no mês de referência
SEC_SOC	V1252	Rendimento de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal que recebia, normalmente, no mês de referência
	V1255	Rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal que recebia, normalmente, no mês de referência
	V1258	Rendimento de outro tipo de aposentadoria que recebia, normalmente, no mês de referência
	V1261	Rendimento de outro tipo de pensão que recebia, normalmente, no mês de referência
	V1264	Rendimento de abono de permanência que recebia, normalmente, no mês de referência
TRN_APL	V1273	Juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos que recebia, normalmente, no mês de referência

Além desta seção introdutória, a pesquisa contém outras partes que estão assim organizadas: seção 3, sobre aspectos relacionados à evolução da renda familiar *per capita*, e seção 4, contemplando a decomposição da desigualdade de renda.

3. EVOLUÇÃO DA RENDA FAMILIAR *PER CAPITA*

Como visto no Relatório de Pesquisa Nº 06¹, divulgado recentemente pelo Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP), da Universidade Federal do Ceará, a renda familiar *per capita* no estado do Ceará era, em 2006, a segunda mais baixa de todo o país, com um valor médio de R\$ 301,54, à frente apenas da renda do estado do Maranhão. Como pode ser visto na FIGURA 1, a renda média do Ceará representava por volta de 55% da renda média nacional e 92% da média nordestina.

FIGURA 1. Renda Familiar *per capita*, 2006 a 2008



Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE.

Nota: rendas avaliadas em Reais de setembro de 2008, deflacionadas pelo INPC.

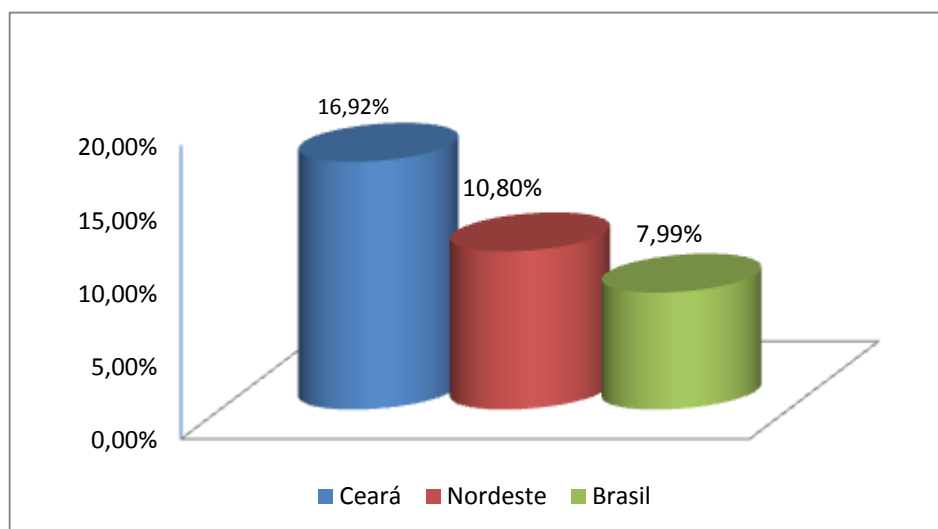
Entretanto, nesse mesmo período constatou-se um crescimento significativo de 16,92% (FIGURA 2), sendo destaque entre os estados brasileiros com o terceiro melhor desempenho. A variação verificada na renda familiar *per capita* no Ceará foi mais que duas vezes superior à do Brasil e quase 1,7 vezes a da região Nordeste.

Com a motivação de explicar essas variações, as TABELA 1-3 apresentam um quadro geral de como se deu o crescimento da renda entre os decis da população e quais os tipos de renda mais relevantes para esta variação. Ademais, se verifica o desdobramento espacial dessa evolução através do comportamento da distribuição populacional nas regiões censitárias, nos gêneros e nas faixas etárias. Para cada decil observa-se, ainda, a média de anos de estudo para pessoas a partir de 15 anos.

¹ Pode ser obtido através do site www.caen.ufc.br/~lep.

Essa série de informações analisada de forma conjunta permite-nos ter uma visão mais apurada do que vem acontecendo no estado do Ceará nos anos de 2007 e 2008, os dois primeiros anos do governo Cid Ferreira Gomes. Mais especificamente, a análise é feita tomando como ponto de partida a TABELA 1, que se refere ao ano de 2006 (setembro) e é comparada a 2008, na TABELA 2. Todas as variações estão expressas na TABELA 3. A seguir, analisaremos a importância de cada componente estudado.

FIGURA 2. Variação da Renda Familiar *per capita*, 2006 a 2008



Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

3.1 Participação e Evolução da Renda entre os Decis.

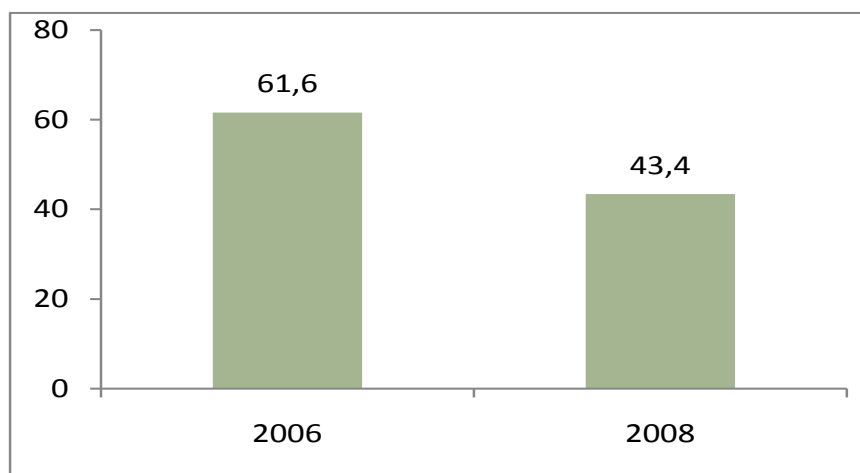
Nas primeiras colunas das TABELAS 1-3 estão apresentadas a renda média de cada decil e sua participação na renda total. Como pode ser visto, em 2006 a renda média do cearense era de R\$ 301,54. Para uma linha de pobreza correspondente à metade do salário mínimo de setembro de 2008 (R\$ 207,50), a população pertencente até parte do sexto decil era considerada pobre. Por outro lado, em 2008, uma fração da população no sexto decil deixa a faixa da pobreza (TABELA 2).

No caso dos participantes da primeira faixa de renda - os 10% mais pobres -, havia uma participação de apenas 0,72% da renda total, e uma renda média de apenas R\$ 21,72. Noutro extremo, os 10% mais ricos detinham quase 45% da renda total do Estado, com média de R\$ 1.336,88 por pessoa. Portanto, os 10% mais ricos tinham, em

2006, 61,6 vezes a renda dos mais pobres. Ademais, pode-se atestar que os 50% mais pobres detinham apenas 14,59% da renda total.

Quando se examina esses números para 2008, verifica-se que a renda média no primeiro decil de renda passou para R\$ 35,68 - um acréscimo de mais de 64% (TABELA 3). Essa expansão fez com que a renda média nesse segmento aumentasse sua participação na renda total para um pouco mais de 1%. A renda média dos 10% mais ricos passou para R\$ 1.548,27, um aumento de 15%, mas, apesar disso, significou uma redução na participação total de -1,01%, caindo de 44,35% para 43,90%. Em termos da relação entre a renda dos 10% mais ricos e os 10% mais pobres, essa passou a ser de 43,4, como pode ser visto na FIGURA 3.

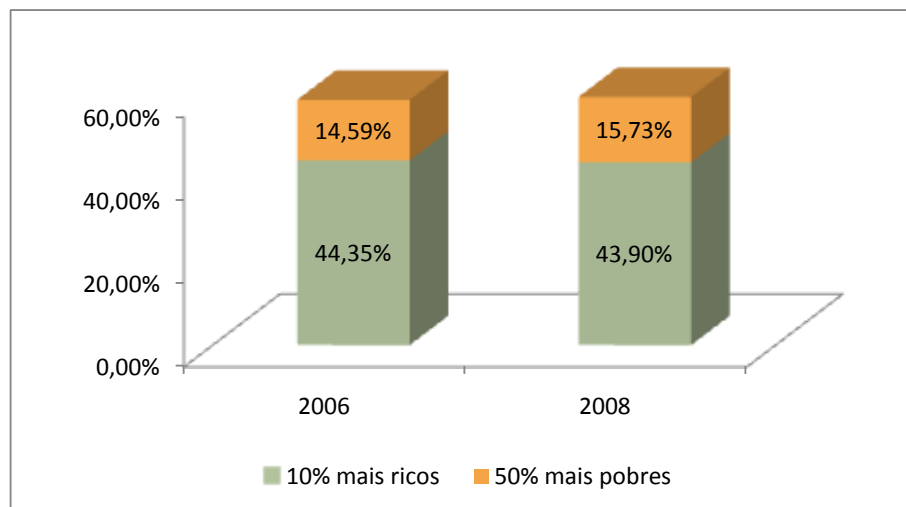
FIGURA 3. Razão entre as rendas dos 10% mais ricos e dos 10% mais pobres, CE



Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

Nessa direção, em 2008, os 50% mais pobres passaram a absorver 15,73% da renda total, contra 14,59% relativos a 2006. Isso é um indicativo do aumento mais que proporcional na renda das pessoas na base da pirâmide social em relação ao topo (FIGURA 4). Isso pode ser constatado também no fato de que os seis primeiros decis aumentaram sua participação na renda total, enquanto que os quatro últimos reduziram. Outro ponto importante, indicativo de queda na desigualdade, foi que os acréscimos foram proporcionalmente maiores nos três primeiros decis.

FIGURA 4. Frações da Renda Familiar: 10% mais ricos e 50% mais pobres, CE



Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

3.2 Participação e Evolução da Composição da Renda.

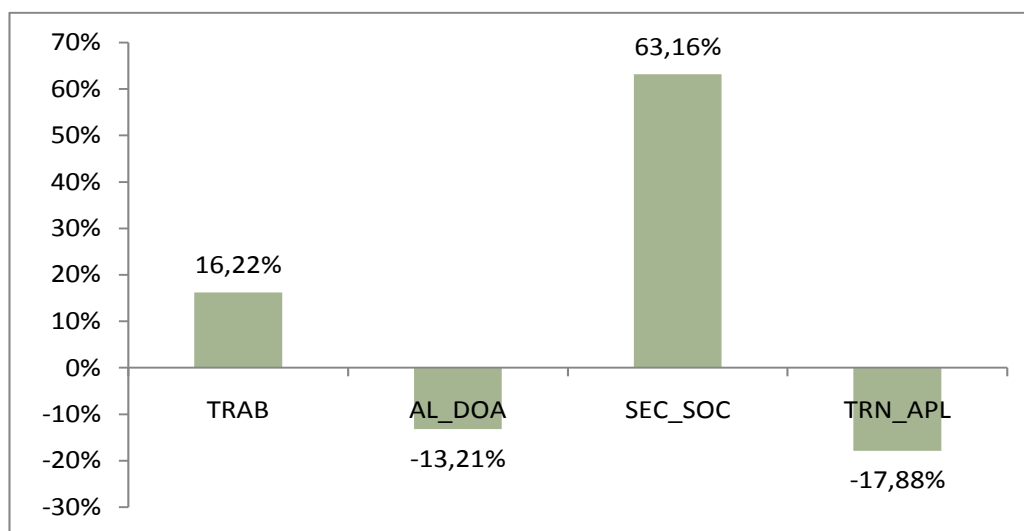
Um segundo aspecto importante na investigação da evolução da renda é o comportamento de cada componente do rendimento familiar. Como afirmado anteriormente, nesse estudo a decomposição da renda total foi feita em quatro segmentos, a saber: a renda do trabalho (TRAB), aluguéis e doações (AL_DOA), os benefícios da seguridade social (SEC_SOC) e, por fim, as transferências sociais e rendimentos de aplicações (TRN_APL). Neste último componente estão incluídos os benefícios do programa nacional de transferência de renda denominado “Bolsa Família”.

Entre os 10% mais pobres em 2006, a renda do trabalho e as transferências e aplicações representavam quase o mesmo peso na renda total, com os dois componentes em conjunto sendo responsáveis por mais de 95% do rendimento familiar. Mas, à medida que se avança em direção aos decis de renda mais elevados, aumentam as participações da renda do trabalho e dos benefícios da seguridade social, reduzindo-se a participação das transferências e aplicações. Na outra ponta da distribuição, percebe-se que mais do que 70% da renda dos 10% mais ricos são decorrentes dos salários.

No entanto, em 2008, verifica-se pelas TABELAS 2 e 3 que a renda dos 10% mais pobres teve um crescimento significativo. Esse crescimento, observado na

FIGURA 5, foi motivado principalmente pelo comportamento da renda do trabalho (16,22%) e dos benefícios da seguridade (63,16%), a despeito de este último ter ainda uma participação muito pequena na renda total (2,89%).

FIGURA 5. Variações na Composição da Renda Familiar dos 10% mais pobres, por Tipos de Renda. Ceará, 2006 a 2008

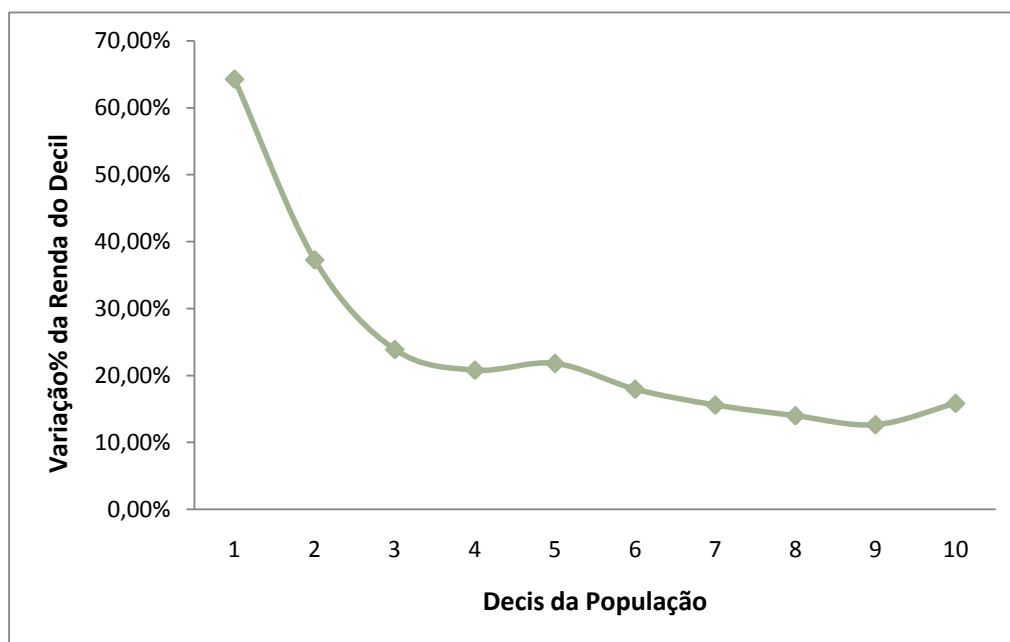


Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

Ademais, percebe-se que a renda representada por TRN_APL teve uma redução significativa (-17,89%) na participação da renda total, caindo dos 47,26% anteriores para 38,81%. Ou seja, ao contrário do que se imagina, o aumento significativo na renda na camada mais pobre da população no Ceará não foi decorrente do componente transferência (bolsa-família), mas sim do aumento dos salários reais, especialmente os ganhos reais de salários mínimos. Esta evidência corrobora com os estudos que tratam essas questões em caráter nacional.

Percebe-se também que as participações da renda salarial e dos benefícios da seguridade permaneceram praticamente as mesmas, diferentemente dos componentes TRN_APL, com redução significativa de -7,66%, e AL_DOA, que teve um aumento importante de 21,91%, muito embora sua participação na renda total ainda seja muito pequena (2,17%).

FIGURA 6. Curva de Crescimento da Renda Familiar *per capita*, CE, 2006 a 2008



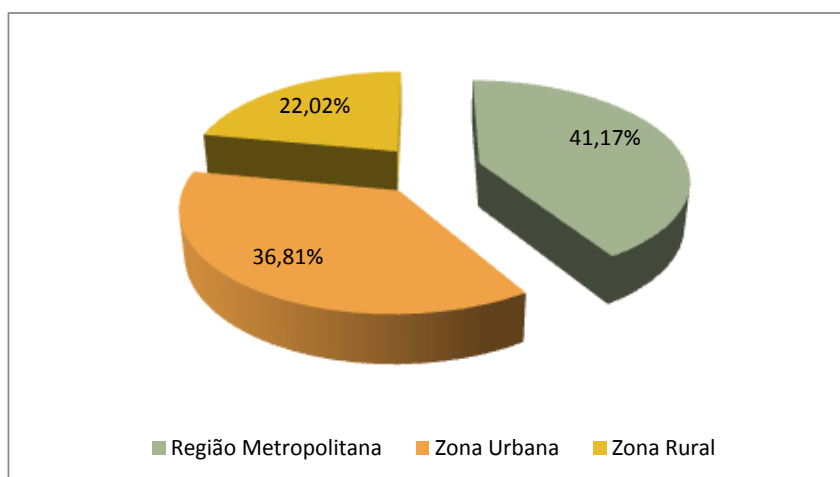
Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

Todos os movimentos da evolução da renda entre os seus diversos decis podem ser visualizados na FIGURA 6, que apresenta a chamada *Curva de Incidência-Crescimento*. Essa curva, ao apresentar inclinação negativa, permite-nos concluir que os decis mais baixos de renda tiveram proporcionalmente aumentos maiores na renda, o que caracteriza essa situação como de crescimento “pró-pobre”. E, no caso específico em questão, pode-se ver que a redução foi mais intensa nos três primeiros decis.

3.3 Evolução da Renda por Área Censitária.

O terceiro corte é feito em termos da distribuição da população por decil de renda em cada região censitária, definida pelas três categorias disponibilizadas na PNAD: Região Metropolitana de Fortaleza (RM), Zona Urbana (URB) e Zona Rural (RUR). Essas variáveis estão apresentadas na terceira coluna das TABELAS 1-3. Inicialmente, em 2006, para a população como um todo (TABELA 1), percebe-se que a região metropolitana possuía mais do que 40% da população cearense, ficando as áreas rurais com quase a metade desse valor (22,5%).

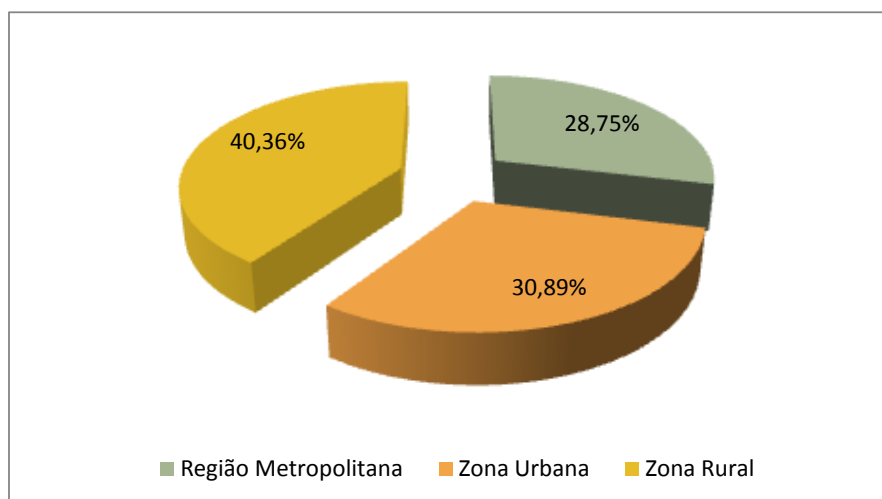
FIGURA 7A. Distribuição da população por Área Censitária. Ceará, 2008.



Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

Em 2008 mais de 41% da população encontrava-se na região metropolitana, enquanto que 36,81% na zona urbana e 22%,02 na área rural. (FIGURA 7A). Portanto, não há, de 2006 a 2008, mudança significativa na distribuição da população do Estado nas três áreas censitárias, mas verifica-se uma pequena redução nas participações da população na RM (-0,05%) e na área rural (-2,12%), além de um ligeiro acréscimo na zona urbana (1,37%).

FIGURA 7B. Distribuição dos 10% mais pobres por Área Censitária. Ceará, 2008.



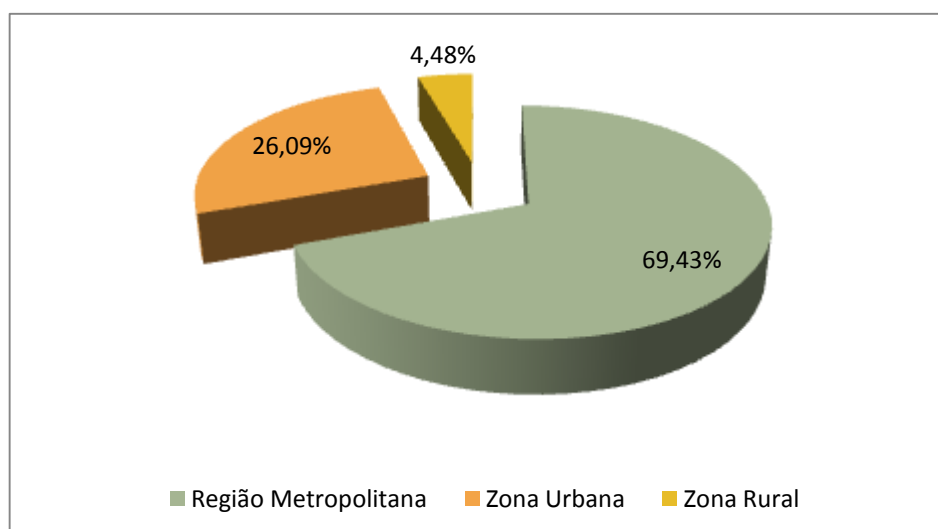
Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

Por outro lado, quando se examina a repartição espacial dessa renda entre os diversos decis, verifica-se que, em 2006, na faixa dos 10% mais pobres, 41,18% encontrava-se na zona rural; 33,44% na área urbana e pouco mais de 25% na região metropolitana. Praticamente o que ocorre nessa faixa de renda é o inverso do que se dá

ao nível da população como um todo. Para 2008, na primeira faixa de renda, mais de 40% estavam localizados na área rural, enquanto que apenas 28,75% se encontravam na região metropolitana (FIGURA 7B).

Outra constatação é que quando se caminha em direção às faixas de renda mais elevadas, essas proporções vão se invertendo, chegando ao fato de que, em 2008, entre os 10% mais ricos, quase 70% encontravam-se na região metropolitana de Fortaleza, enquanto que apenas 2,46% na zona rural. Entretanto, como visto na TABELA 3, a zona rural teve grande expansão populacional na composição da faixa dos 10% mais ricos, provocando uma variação de mais de 80%, e determinando uma participação de 4,48% nesta classe em 2008.

FIGURA 7C. Distribuição dos 10% mais ricos por Área Censitária. Ceará, 2008.



Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

3.4 Evolução da Renda por Gênero.

A análise em seguida é feita para a composição e evolução da renda entre os diversos decis por gênero. Tanto em 2006 como em 2008, verifica-se, a exemplo do que ocorre na população como um todo, uma maior participação de pessoas do sexo feminino em praticamente todos os decis de renda, com exceção do 3º e 8º em 2006, e do 2º e 3º em 2008.

3.5 Evolução da Renda por Faixa Etária e Escolaridade.

As duas últimas colunas das Tabelas 1-3 nos trazem a distribuição da população por faixa etária e escolaridade. Cada decil de renda é confrontado pela composição da população nas seguintes faixas de idade: 0 a 15, 16 a 25, 26 a 60 e acima de 60 anos. Na coluna ESCOLA, há o número médio de anos de estudos para pessoas a partir de 15 anos. Para 2006, (TABELA 1), verifica-se que quase 50% da população nessa faixa de renda é constituída por crianças e/ou jovens. Entretanto, em 2008, há uma pequena redução nessa faixa, passando para 47,64%. Quando se caminha em direção aos decis mais elevados de renda, percebe-se que aumenta a participação das pessoas na faixa de 26 a 60 anos e acima desse. Para a população como um todo, 40% encontram-se concentrados nessa faixa intermediária. Por fim, na análise comparativa dos dois anos, houve uma redução de quase 7% na faixa de 0 a 15 anos e expressivo aumento na faixa acima de 60 anos (10,22%). Por fim, observam-se os aumentos nos anos médios de escolaridade, tendo o Estado experimentado acréscimo de 5,63% nesse período, sendo o maior avanço verificado no nono decil de renda, com avanço de 17,47%.

TABELA 1. Composição da Renda Familiar *per capita* e Distribuição da População por Decis desta renda. CE, 2006

Decil	Renda		Composição da Renda Familiar				Distribuição da População								ESCOLA	
	Média	% Total	por Tipo de Renda				por Área Censitária			Por Gênero		por Faixa Etária				
			TRAB	AL_DOA	SEC_SOC	TRN_APL	RM	URB	RUR	HOMENS	MULHERES	0 a 15	16 a 25	26 a 60		> 60
1 (10% mais pobres)	21,72	0,72%	47,79%	3,17%	1,77%	47,26%	25,38%	33,44%	41,18%	45,56%	54,44%	49,11%	19,31%	31,19%	0,39%	4,42
2	57,82	1,92%	68,72%	3,37%	4,07%	23,96%	17,91%	40,74%	41,35%	49,54%	50,46%	48,08%	16,69%	34,58%	0,65%	4,23
3	88,97	2,95%	71,45%	2,59%	10,10%	15,79%	33,08%	38,71%	28,21%	50,10%	49,90%	44,85%	18,43%	34,69%	2,04%	4,68
4	119,74	3,97%	74,31%	1,67%	12,18%	11,95%	38,13%	37,60%	24,27%	49,79%	50,21%	40,35%	20,63%	36,36%	2,65%	5,32
5	151,58	5,03%	74,09%	1,14%	15,73%	9,00%	40,96%	34,53%	24,51%	49,07%	50,93%	34,04%	21,76%	40,04%	4,16%	5,42
6	194,82	6,46%	67,28%	1,05%	24,09%	7,60%	48,07%	34,84%	17,08%	46,89%	53,11%	27,71%	20,92%	41,67%	9,70%	5,51
7	250,32	8,30%	66,78%	1,10%	26,28%	5,91%	44,00%	39,71%	16,29%	49,16%	50,84%	22,69%	20,92%	43,11%	13,28%	5,82
8	333,07	11,05%	67,44%	1,08%	27,31%	4,16%	45,51%	37,41%	17,08%	51,06%	48,94%	18,68%	19,36%	44,15%	17,81%	6,02
9	460,00	15,25%	64,54%	1,57%	31,47%	2,38%	49,79%	37,67%	12,54%	47,53%	52,47%	12,35%	17,35%	43,55%	26,75%	6,34
10 (10% mais ricos)	1.336,88	44,35%	74,94%	2,19%	22,14%	0,71%	69,04%	28,50%	2,46%	47,31%	52,69%	14,05%	17,45%	53,68%	14,82%	10,21
População	301,54	100,00%	70,87%	1,78%	23,04%	4,31%	41,19%	36,31%	22,50%	48,60%	51,40%	31,19%	19,28%	40,30%	9,23%	6,02

Fonte: LEP/CAEN a partir de microdados da PNAD/IBGE

Notas: i) Renda média avaliada em Reais de setembro de 2008, deflacionada pelo INPC.

ii) ESCOLA - anos médios de estudo para pessoas a partir de 15 anos.

TABELA 2. Composição da Renda Familiar *per capita* e Distribuição da População por Decis desta renda. CE, 2008

Decil	Renda		Composição da Renda Familiar				Distribuição da População								ESCOLA	
	Média	% Total	por Tipo de Renda				por Área Censitária			Por Gênero		por Faixa Etária				
			TRAB	AL_DOA	SEC_SOC	TRN_APL	RM	URB	RUR	HOMENS	MULHERES	0 a 15	16 a 25	26 a 60		> 60
1 (10% mais pobres)	35,68	1,01%	55,54%	2,75%	2,89%	38,81%	28,75%	30,89%	40,36%	46,62%	53,38%	47,64%	18,40%	33,20%	0,76%	4,76
2	79,36	2,25%	69,46%	1,99%	6,83%	21,61%	21,11%	40,47%	38,42%	50,14%	49,86%	47,10%	16,60%	35,15%	1,14%	4,73
3	110,21	3,13%	72,61%	1,65%	10,34%	15,40%	32,34%	36,19%	31,46%	51,34%	48,66%	42,32%	18,47%	36,99%	2,22%	5,08
4	144,61	4,10%	74,96%	1,19%	15,10%	8,80%	38,91%	39,81%	21,28%	49,05%	50,95%	35,66%	21,21%	38,64%	4,48%	5,75
5	184,59	5,24%	72,44%	1,08%	17,56%	8,91%	40,35%	39,19%	20,46%	49,84%	50,16%	31,30%	21,91%	40,58%	6,21%	5,77
6	229,76	6,51%	69,16%	1,41%	23,12%	6,46%	41,16%	42,21%	16,63%	48,75%	51,25%	25,15%	22,18%	42,54%	10,12%	5,84
7	289,27	8,21%	66,87%	1,06%	27,07%	4,92%	44,85%	37,45%	17,70%	48,59%	51,41%	20,36%	22,12%	42,55%	14,98%	6,09
8	379,58	10,76%	59,82%	1,57%	35,05%	3,61%	43,22%	39,01%	17,78%	47,79%	52,21%	13,63%	17,96%	43,08%	25,32%	5,78
9	518,04	14,70%	72,80%	1,22%	23,94%	2,05%	51,56%	36,81%	11,63%	48,84%	51,16%	13,04%	19,47%	47,94%	19,55%	7,45
10 (10% mais ricos)	1.548,27	43,90%	73,59%	3,15%	22,94%	0,64%	69,43%	26,09%	4,48%	46,91%	53,09%	14,03%	17,34%	51,75%	16,88%	10,37
População	352,55	100,00%	70,71%	2,17%	23,14%	3,98%	41,17%	36,81%	22,02%	48,79%	51,21%	29,02%	19,57%	41,24%	10,17%	6,35

Fonte: LEP/CAEN a partir de microdados da PNAD/IBGE

Notas: i) Renda média avaliada em Reais de setembro de 2008, deflacionada pelo INPC.

ii) ESCOLA - anos médios de estudo para pessoas a partir de 15 anos.

TABELA 3. Composição da Renda Familiar *per capita* e Distribuição da População por Decis desta renda. CE, variações (%), de 2006 a 2008

Decil	Renda		Composição da Renda Familiar				Distribuição da População								ESCOLA	
	Média	% Total	por Tipo de Renda				por Área Censitária			Por Gênero		por Faixa Etária				
			TRAB	AL_DOA	SEC_SOC	TRN_APL	RM	URB	RUR	HOMENS	MULHERES	0 a 15	16 a 25	26 a 60		> 60
1 (10% mais pobres)	64,26%	40,48%	16,22%	-13,21%	63,16%	-17,88%	13,28%	-7,61%	-2,00%	2,31%	-1,94%	-2,98%	-4,70%	6,43%	93,54%	7,67%
2	37,25%	17,38%	1,07%	-40,93%	67,95%	-9,80%	17,86%	-0,66%	-7,08%	1,22%	-1,20%	-2,02%	-0,53%	1,67%	74,55%	11,60%
3	23,86%	5,93%	1,62%	-36,22%	2,43%	-2,46%	-2,22%	-6,51%	11,55%	2,47%	-2,48%	-5,64%	0,24%	6,66%	8,60%	8,64%
4	20,77%	3,33%	0,88%	-28,47%	23,98%	-26,39%	2,04%	5,88%	-12,31%	-1,48%	1,47%	-11,61%	2,80%	6,27%	68,93%	8,08%
5	21,78%	4,15%	-2,22%	-4,49%	11,62%	-1,04%	-1,48%	13,50%	-16,54%	1,57%	-1,51%	-8,04%	0,67%	1,35%	49,36%	6,38%
6	17,93%	0,83%	2,79%	33,86%	-4,03%	-14,99%	-14,39%	21,15%	-2,66%	3,97%	-3,50%	-9,23%	6,06%	2,08%	4,38%	6,13%
7	15,56%	-1,09%	0,13%	-3,90%	3,02%	-16,75%	1,92%	-5,69%	8,68%	-1,16%	1,12%	-10,27%	5,72%	-1,32%	12,81%	4,52%
8	13,96%	-2,57%	-11,30%	45,20%	28,35%	-13,14%	-5,04%	4,26%	4,09%	-6,39%	6,67%	-27,01%	-7,21%	-2,42%	42,17%	-3,89%
9	12,62%	-3,63%	12,81%	-22,27%	-23,92%	-14,04%	3,54%	-2,28%	-7,22%	2,76%	-2,50%	5,59%	12,21%	10,08%	-26,92%	17,47%
10 (10% mais ricos)	15,81%	-1,01%	-1,80%	43,32%	3,58%	-10,37%	0,56%	-8,45%	82,18%	-0,84%	0,75%	-0,18%	-0,60%	-3,60%	13,89%	1,57%
População	16,92%	-	-0,22%	21,91%	0,44%	-7,66%	-0,05%	1,37%	-2,12%	0,38%	-0,36%	-6,95%	1,48%	2,33%	10,22%	5,63%

Fonte: LEP/CAEN a partir de microdados da PNAD/IBGE

4. SOBRE A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE NO CEARÁ.

A queda da desigualdade da renda familiar *per capita* no estado do Ceará é analisada na TABELA 4 abaixo. Verificam-se através da decomposição do índice de Gini² quais os componentes que mais contribuíram para sua redução entre 2006 e 2008.

Por essa tabela podemos identificar a contribuição de cada componente no montante da desigualdade e na sua variação. A coluna “participação” representa a participação daquela variável para a composição da renda e a “concentração” informa o nível de desigualdade existente entre os que recebem aquele tipo de rendimento. Assim, a multiplicação dos valores nessas duas colunas nos dá quanto do valor da desigualdade naquele ano é advinda da variável em questão³.

Parcela	2006			2008			Efeitos no Gini	
	Participação (P)	Concentração (C)	P x C	Participação (P)	Concentração (C)	P x C	Total	Total (%)
TRAB	70,87%	57,14%	40,49%	70,71%	55,40%	39,17%	-1,23%	90,50%
AL_DOA	1,78%	59,35%	1,06%	2,17%	68,40%	1,48%	0,21%	-15,60%
SEC_SOC	23,04%	62,69%	14,44%	23,14%	61,11%	14,14%	-0,36%	26,32%
TRN_APL	4,31%	-1,86%	-0,08%	3,98%	-6,21%	-0,25%	0,02%	-1,12%
Total	100%		55,91%	100%		54,55%	-1,36%	100%

Assim, examinando esse índice para 2006, verifica-se que o nível de desigualdade era de 0,5591 ou 55,91%. Desse total, a renda do trabalho era responsável por 0,4049 ou 40,49%, o que representa 70,87% de seu valor. Em 2008, com a redução da desigualdade para 0,5455, a renda do trabalho continuou a contribuir com quase 40%. Outra participação significativa são os benefícios da seguridade pública e privada - representados nesse estudo pela variável SEC_SOC - contribuindo com cerca de 14%.

As últimas colunas da TABELA 4 mostram os efeitos de cada variável na redução do GINI. Assim, para a queda de -1,36 pontos percentuais nesse coeficiente, a renda do trabalho contribuiu com -1,23 para essa redução, sendo responsável por mais de 90% dessa queda e a seguridade contribuiu com -0,36%. Na contramão dessa

² O Índice de GINI tem seu valor compreendido entre 0 a 1, ou seja, da igualdade perfeita à extrema concentração de renda.

³ Para maiores detalhes dessa metodologia, ver: Soares, Sergei. *Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004*. Brasília: Ipea, 2006. Texto para discussão no. 1166.

redução, aparecem as variáveis AL_DOA e TRN_APL que influenciaram no aumento da desigualdade nesse período, constituindo-se em componentes concentradores de renda.